



Jornal do Simesp

Nº 45 • Publicação do Sindicato dos Médicos de São Paulo • jan-fev / 2020

Pág. 3

Greve garante vitória aos médicos de Guarulhos

Paralisação forçou gestão Guti a se comprometer com o estabelecimento de novas regras para agendamento de consultas, reposição do quadro de funcionários e mais segurança nas unidades de atendimento



Pág. 5

Precatórios

Quase 800 médicos podem ter suas indenizações pagas pela Prefeitura de São Paulo

Pág. 6

Salário

Acordos firmados em Ribeirão Preto, no litoral e para medicina de grupo

Pág. 7

Direitos dos médicos

Entenda a importância do contrato ao prestar serviços para planos de operadoras de saúde

Unir para enfrentar

Diretoria do Simesp

A crise econômica que o Brasil ainda enfrenta foi colocada na conta dos trabalhadores e a solução que os governantes, Temer e Bolsonaro apresentaram foi congelar os recursos públicos e cortar direitos dos trabalhadores.

Tem-se observado uma precarização do trabalho em geral, e no caso dos médicos não tem sido diferente. A reforma trabalhista legalizou os contratos informais como pessoa jurídica (PJ) aos quais os médicos já eram submetidos anteriormente. Até a reforma trabalhista, o profissional contratado de forma irregular poderia ter o seu vínculo empregatício reconhecido e ser indenizado judicialmente, o que foi extinto com a tenebrosa reforma.

No mundo inteiro têm sido retirados direitos dos trabalhadores e os recursos se encontram cada vez mais no empresariado. Na saúde isso também acontece e muitas empresas no Brasil foram incorporadas a outras maiores ou faliram, e hoje o trabalho médico se concentra em poucas empresas privadas e organizações sociais (OSs).

Tudo isso culminou em uma tendência à monopoliza-

ção, tanto no serviço público quanto no privado. O trabalho é constantemente desvalorizado e os médicos têm cada vez menos vínculos com os seus empregadores, bem como com os entes públicos. Isso é caracterizado como “uberização”, termo que diversas profissões têm conhecido e a medicina não ficou de fora.

Há caminhos possíveis, mas dependem de organização por parte de quem trabalha. Como exemplo, a partir da união dos médicos em dezembro, houve uma vitória expressiva no município de Guarulhos, onde os profissionais realizaram uma greve, com intermediação do Simesp, para garantir melhores condições de trabalho. Após 15 dias de paralisação, a prefeitura cedeu e aceitou as reivindicações.

A realidade não é fácil e virão novos desafios. Nós, trabalhadores, precisamos nos organizar para que tenhamos condições dignas para o exercício da profissão e remuneração justa. Há um longo caminho a ser percorrido, mas o enfrentamento é possível. Os médicos de São Paulo podem contar com o Simesp para construirmos dias melhores.

SIMESP OFERECE DESCONTO NA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Agora a Contribuição Social pode ser paga por meio de cartão de crédito com **10% de desconto** em **12 mensalidades**. Direto em nosso site!

MENSALIDADE
R\$ **63,63**

Residentes e recém-formados

MENSALIDADE
R\$ **31,81**

Valor especial com subsídio



Os associados adimplentes contam com assessoria jurídica gratuita nas áreas trabalhista, previdenciária e ético-profissional. Além de poderem usufruir de benefícios como seguros, assessoria contábil e declaração do imposto de renda.

Simesp, em defesa do médico e de seu trabalho.

Basta acessar simesp.com.br e seguir as instruções. Se preferir, entre em contato com o Simesp Relacionamento e conheça outras formas de se associar:
(11) 3292.9147 - relacionamento@simesp.org.br.



SIMESP

SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

RELACIONAMENTO SIMESP
11-99111-5490

[f](https://www.facebook.com/simespmedicos) [i](https://www.instagram.com/simespmedicos) [y](https://www.youtube.com/simespmedicos) /simespmedicos



SIMESP

SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

DIRETORIA

Presidente
Eder Gatti Fernandes
relacionamento@simesp.org.br

SECRETARIAS

Geral
Denize Ornelas P. S. de Oliveira
Finanças
Diângeli Soares
Assuntos Jurídicos
Juliana Salles de Carvalho
Comunicações e Imprensa
Gerson Salvador
Formação Sindical e Sindicalização
Ademir Lopes Junior
Administração
Ederli Grimaldi de Carvalho
Relações do Trabalho
José Erivalder Guimarães de Oliveira
Relações Sindicais e Associativas
Otelo Chino Júnior

EQUIPE DO JORNAL DO SIMESP

Diretor
Gerson Salvador

Supervisora de comunicação e edição
Nicolli Oliveira

Redação
Stéfanni Meneguesso Mota

Revisão
Eliane Domaneschi

Fotografia
BBustos

Redação e administração

Rua Maria Paula, 78, 3º andar - SP
CEP: 01319-000 – Fone: (11) 3292-9147
imprensa@simesp.org.br
www.simesp.org.br

PROJETO GRÁFICO

Med Idea - Design & Planning

Edição de arte, diagramação e imagem de capa
Kisley Gomes

Circulação: estado de São Paulo
Tiragem: 5 mil exemplares

Todas as matérias publicadas terão seus direitos resguardados pelo Jornal do Simesp e só poderão ser publicadas (parcial ou integralmente) com a autorização, por escrito, do Sindicato.

A versão digital desta publicação está disponível no site do Simesp. Caso não queira receber a edição impressa, basta mandar e-mail para relacionamento@simesp.org.br

Greve garante vitória aos médicos de Guarulhos

Paralisação forçou gestão Guti a se comprometer com o estabelecimento de novas regras para agendamento de consultas, reposição do quadro de funcionários e mais segurança nas unidades de atendimento

Stéfanni Meneguesso Mota

Após 15 dias de paralisação nos atendimentos, médicos de Guarulhos garantiram o estabelecimento de novas regras para o agendamento de consultas, chamamento de médicos aprovados em concurso público, mudanças no desconto de gratificação e garantia de mais segurança nas unidades de atendimento. Essas conquistas são importantes tanto para a categoria quanto para a saúde pública do município, conta Eder Gatti, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), que participou das negociações.

Junto aos trabalhadores, o Simesp realizou uma série de assembleias, manifestações e reuniões que pressionaram a Secretaria da Saúde e garantiram a vitória. Durante mais de duas semanas, os médicos do município paralisaram os atendimentos e se mobilizaram para pressionar a gestão e alertar a população sobre as dificuldades enfrentadas pelos profissionais na tentativa de prover saúde pública de qualidade. No dia 2 de dezembro, quando os médicos dos serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) e dos ambulatoriais deflagraram greve, as reivindicações eram por garantia de retaguarda no atendimento de especialidades, principalmente aos pacientes da psiquiatria, instituição de três consultas por hora e garantia de segurança nas unidades de saúde. Embora os médicos estivessem abertos a negociação, a gestão de Gustavo Henric Costa (Guti) se recusou a dialogar.

Somente no dia 17 de dezembro, a Secretaria da Saúde entrou em acordo com o movimento e

a greve chegou ao fim com conquistas para médicos e municípios e garantia de abono total dos dias paralisados mediante compensação das horas. Em respeito aos usuários, os atendimentos em hospitais e prontos-socorros não foram paralisados.

Saúde em ruínas

O estopim para a revolta dos profissionais foi a orientação de encaminhar os pacientes psiquiátricos de baixo risco para as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e não para o Hospital Municipal de Urgências (HMU). Segundo Eder Gatti, presidente do Simesp, os médicos da APS vinham pagando pelos equívocos da gestão Guti, que terceirizou os serviços, desestruturando a rede de assistência da cidade.

Denúncias recebidas pelo Simesp relatam que a cidade de Guarulhos conta com apenas um psiquiatra para cada 140 mil municípios. “O HMU e o Hospital Municipal da Criança e do Adolescente (HMCA) deixaram de ser retaguarda de especialidades”, enfatiza Gatti. A rede municipal também perdeu muitos profissionais devido ao desmonte dos hospitais do município, à falta de um plano de carreira, à escassez de novas contratações e até ao assédio por parte da administração. Para piorar a situação, a prefeitura instaurou um cenário caótico de oito consultas por hora após a implementação de um aplicativo para marcação de consultas. “Um adequado tempo de atendimento está associado ao melhor controle de doenças crônicas, maior adesão dos pacientes aos tratamentos e melhores resul-



> Médicos se manifestaram em frente ao Hospital Municipal de Urgências (HMU)



> Diferentes atos aconteceram pela cidade para conscientizar a população

tados clínicos. Apenas aumentar a quantidade de consultas por hora vai na contramão da qualidade do atendimento”, explica Gerson Salvador, diretor do Simesp.

Antes do aplicativo, os médicos da APS do município não apenas realizavam quatro consultas por hora, como também atendiam à demanda espontânea que chega aos serviços. “Faltam especialistas e médicos em geral. Esse déficit leva à sobrecarga da atenção primária”, reforça Salvador.

Com apenas sete minutos por consulta e grande resistência por parte da prefeitura em abrir negociação, os profissionais se viram sem qualquer

alternativa à paralisação.

A luta continua

Não é de hoje que os médicos de Guarulhos reivindicam melhorias no sistema de saúde pública da cidade e, após a greve, o movimento de luta por melhores condições de trabalho e atendimento não deve parar. “O principal legado dessa greve é a organização da categoria médica de Guarulhos em defesa da saúde pública no município de forma permanente”, explica o presidente do sindicato. Os trabalhadores da rede pública municipal agora seguem mobilizados para garantir que os termos do acordo sejam postos em prática pela gestão.

Carteira verde e amarela: o novo desmonte do trabalho

Apesar de produzir efeitos jurídicos imediatos, a MP ainda precisa ser aprovada pela Câmara e Senado para se converter definitivamente em lei



A medida provisória (MP) 905/2019, apresentada pelo governo Bolsonaro, institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo. Na prática, a MP representa mais uma modalidade de contratação precária, que intensifica a jornada e reduz pisos salariais. Com ela, empregadores passam a poder contratar até 20% do quadro de funcionários pela Carteira de Trabalho Verde Amarela que, entre outras coisas, permite remuneração de até R\$ 1.497.

Anunciada como medida para geração de empregos, a nova carteira altera 86 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) é contrário à sua instituição, pois a MP retira direitos trabalhistas arduamente conquistados, como a hora extra, descanso dominical e adicional de periculosidade. A medida provisória ainda tem poder para sobressair à CLT e também ao que é acordado em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

De acordo com Juliana Salles, diretora do Simesp, uma de suas principais mudanças versa sobre

o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em casos de demissão sem justa causa, a multa sobre o fundo cai de 40% para 20%. A alíquota de contribuição também baixa de 8% para 2%. A estimativa é que o trabalhador receba até 80% menos do que tem direito de acordo com a CLT.

A nova carteira também elimina o pagamento de hora extra para o expediente aos domingos, substituindo a folga dominical pela folga no dia seguinte, sem qualquer acréscimo no salário.

Em caso de ambientes insalubres ou que apresentem risco ao trabalhador, ela ainda revoga a obrigatoriedade de inspeção prévia para que o estabelecimento possa iniciar suas atividades. Além de enfraquecer mecanismos de registro, fiscalização e punição, facilitando demissões e estimulando a informalidade. Para Juliana, é imprescindível que os profissionais digam não à nova carteira de trabalho escravizadora de Bolsonaro.

Médicos pressionam prefeitura e garantem pagamentos

Profissionais vinculados à organização social (OS) Associação Feminina de Marília Maternidade e Gota de Leite conseguiram barrar o atraso recorrente de vencimentos e garantir o pagamento de férias e 13º salários. No dia 22 de novembro, o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) realizou assembleia com os profissionais, que decidiram entrar em estado de greve e se mantiveram em assembleia permanente, o que garantiu o pagamento das remunerações.

Segundo Eder Gatti, presidente do Simesp, atrasos de dois a três dias no pagamento de salários eram corriqueiros para os médicos vinculados à

OS e, no mês de outubro, chegaram a duas semanas. “O que levou os médicos a entrar em estado de greve por unanimidade foi a falta de resposta quanto à normalização dos vencimentos, que não tinham previsão de serem quitados nem no próximo mês”, explica Gatti.

Ainda de acordo com Gatti, desde 2016 o sindicato tem atuado para investigar, coibir e solucionar problemas com atrasos de pagamentos em Marília. Há dois anos, funcionários da OS Gota de Leite conquistaram a regularização dos vencimentos após paralisação. Os médicos continuam dialogando com a OS e prefeitura para coibir novos atrasos.



> Atrasos nos pagamentos chegaram a duas semanas em outubro de 2019

Foto: Divulgação

Botucatu

Simesp ganha ação contra a Famesp

O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) ganhou, no dia 28 de novembro, uma ação na Justiça do Trabalho contra a organização social (OS) Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar (Famesp). Com a sentença, a Famesp terá de pagar as diferenças salariais previstas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) aos médicos de serviços de saúde de Botucatu com juros e correção monetária.

A ação contra a Famesp foi movida pelo Simesp porque a organização social não cumpriu a CCT referente aos anos de 2016/2017, que determinou a aplicação do reajuste de 9,62% aos médicos a partir de setembro de 2016.

Quase 800 médicos podem ter suas indenizações pagas pela Prefeitura de São Paulo

Foto: Divulgação



> Encontro para adesão à proposta da prefeitura aconteceu na sede do Simesp

No dia 21 de janeiro, médicos que ainda possuem valores a receber de precatórios da Prefeitura de São Paulo, e que ainda não haviam fechado acordo, compareceram ao Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) para adesão à proposta ofertada pela prefeitura por meio do edital 01/2019. Ao todo, quase 800 médicos podem ter seus direitos ressarcidos. Uma vez firmado, não é possível voltar atrás na adesão do acordo.

Os profissionais que ainda tenham interesse em firmar acordo têm até dia 28 de fevereiro de 2020 para confirmar a adesão comparecendo à sede do Simesp com cópia dos documentos de RG, CPF e número do CRM. Já os herdeiros, precisam levar o pedido de habilitação dos herdeiros, a decisão que deferiu a habilitação (quando já deferida), a indicação do grau de parentesco e distribuição entre as partes.

Em sua maioria, o pagamento das indenizações é resultado de processo movido pelo Simesp contra a prefeitura da capital paulista devido aos reajustes salariais que não foram pagos aos médicos servidores municipais no período de 1995 a 2000 (durante as gestões de Paulo Maluf e de seu sucessor Celso Pitta). Para Eder Gatti, presidente do Simesp, a conquista das indenizações simboliza um importante ressarcimento de direitos trabalhistas que foram retirados.

O processo beneficia mais de 2 mil servidores e ex-servidores do município associados ao Sindicato em 1995, ano no qual a ação foi movida. Mas foi apenas em 2001 que o poder municipal foi derrotado em seu último recurso no Supremo Tribunal Federal (instância máxima do poder judiciário no país).

Apesar da vitória, a diferença salarial só começaria a ser paga em dezembro de 2023, pois os valores devidos entraram na longa fila dos precatórios. Por essa razão, a condição da prefeitura para que exista um pagamento "antecipado" é que haja um desconto sobre o valor atualizado do crédito e estipulado por ordem cronológica (vide quadro ao lado).

Médicos incluídos em outros processos de precatórios movidos pelo Simesp também foram contemplados no edital proposto pelo município. Para verificar se há valores de precatórios a receber, entre em contato com o Simesp pelo telefone (11) 3292-9147 ou relacionamento@simesp.org.br.

VALORES DE DESÁGIO

2003 a 2005	25%
2006 a 2007	30%
2008 a 2015	35%
2016 a 2020	40%

Estelionatários estão aplicando golpes sobre precatórios

Mais uma vez, estelionatários estão tentando ludibriar médicos na tentativa de obter dinheiro de forma ilícita. A abordagem acontece por telefone e o discurso que os estelionatários utilizam é de que houve pagamento dos precatórios da Prefeitura de São Paulo e, para que o valor seja liberado, solicitam o depósito de uma quantia como sendo de custas do processo.

O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) esclarece que não solicita depósito em conta em nenhuma circunstância. No caso de um ganho de ação na Jus-

tiça, todo procedimento formal é realizado em nossa sede, sob a supervisão dos profissionais do nosso departamento jurídico.

Tal situação é uma clara ação de estelionatários e é preciso ficar atento, pois é mais um golpe. Caso receba esse tipo de abordagem, entre em contato imediatamente com nosso relacionamento pelo telefone 3292-9147 ou pelo e-mail relacionamento@simesp.org.br. Também é aconselhado registrar boletim de ocorrência (BO) na polícia para que haja investigação dos autores desse tipo de crime.

Conselho Estadual de Saúde

Diretor do Simesp é eleito conselheiro

Foto: Divulgação



> Otelto Chino Junior, diretor do Simesp eleito conselheiro estadual de saúde

O diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Otelto Chino Junior, foi eleito para a gestão de 2019-2021 do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo (CES-SP). Como titular no segmento *Representantes de Profissionais da Saúde*, o Simesp participará da aprovação do Plano Plurianual de Saúde e de diretrizes em políticas de saúde estadual, além de ficar responsável por balanços anuais e fiscalizar a prestação de contas por parte da Secretaria

de Estado da Saúde (SES-SP).

Entenda o Conselho

O CES-SP é uma instância colegiada deliberativa e de natureza permanente do Sistema Único de Saúde (SUS). Formado por representantes de usuários do SUS, profissionais da saúde e da gestão, ele é fundamental para viabilizar a participação social nas tomadas de decisão a respeito das políticas públicas de saúde do estado de São Paulo.



Médicos de Ribeirão Preto e Baixada Santista têm reajuste salarial

O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) fechou acordo coletivo com o Sindicato das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Ribeirão Preto (Sindhosfil-Ribeirão Preto) e da Baixada Santista Litoral Norte e Sul do Estado de São Paulo (Sindhosfil-Linosp), conquistando 8,6571% e 8,92% de reajuste salarial, respectivamente. Os percentuais acordados são referentes aos anos de 2017 a 2020.

A data-base da categoria é 1º de setembro. O valor é calculado sobre o salário pago em 31 de agosto de 2019 e entrou na folha de pagamento de dezembro, que é paga em janeiro, juntamente com o valor retroativo.

Além do reajuste, os médicos do litoral recebem 75% sobre as horas extras e 30% de adicional noturno. À gestante, fica assegurada estabilidade desde o início da gravidez até 180 dias após o parto. Já os novos pais, têm direito a uma licença de sete dias. Os médicos de Ribeirão Preto recebem 100% sobre as horas extras e 35% de adicional noturno e, às gestantes, fica assegurada estabilidade desde o início da gravidez até 60 dias após o término da licença compulsória. Em ambos os casos, os médicos têm cinco dias úteis por ano para reciclagem e atualização profissional, sem prejuízo nos salários.

Simesp garante aumento de 3,28% para profissionais de empresas de medicina de grupo

Médicos que trabalham em empresas de medicina de grupo no estado de São Paulo têm reajuste salarial de 3,28%. O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) e o Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo (Sinamge) fecharam acordo de reajuste que é superior aos 0,120% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do período. A data-base da categoria é 1º de setembro. O reajuste é calculado sobre o salário pago em 31 de agosto de 2019.

Os médicos beneficiados pelo acordo recebem também 100% sobre as horas extras e 50% de adicional noturno.

Além do reajuste, também foram firmadas cláusulas sociais. Em caso de reciclagem e atualização profissional, é garantido ao profissional cinco dias úteis por ano, consecutivos ou não, para a participação em congressos e outros eventos científicos, sem prejuízo nos salários.

É importante ressaltar que a Convenção Coletiva de Trabalho contempla pessoas regularmente contratadas. Ou seja: os benefícios são para trabalhadores com vínculo CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Daí o princípio do Sindicato em combater a precarização (conhecida, popularmente, como “pejotização”).

Na Mídia

Presidente do Simesp é destaque na revista DOC

Os desafios e tendências para a medicina em 2020 foram tema de reportagem da revista DOC. A inclusão de novas tecnologias foi debatida na relação com o paciente, na telemedicina, na proteção de dados e nas questões salariais.

Eder Gatti, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), falou à DOC sobre perspectivas para a nova década. Segundo ele, as possibilidades não são das melhores para o médico

que atua no Sistema Único de Saúde (SUS) nem para os da rede privada. Gatti falou na reportagem que profissionais da rede pública sofrem com a sobrecarga de um sistema que não tem previsão de investimentos, já quem trabalha na área privada encontra cada vez mais dificuldades para empreender, uma vez que os grandes conglomerados empresariais vêm dominando a saúde no país.

O presidente do sindicato ex-

plicou também que a expansão do SUS absorveu muita mão de obra médica, mas a oferta de

emprego tem diminuído, ao passo que o número de médicos formados tem crescido.



Foto: Divulgação

Simesp disponibiliza advogados especializados em processos trabalhistas

Médicos associados ao Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) podem contar com auxílio legal na área trabalhista de forma gratuita. O Simesp possui corpo jurídico preparado para esclarecer dúvidas e auxiliar os sócios em processos de requerimento de vínculo empregatício, ações por remuneração não recebida,

mudanças de regime de contratação e parâmetros de remuneração para servidores públicos, além de atuar para a garantia de reajustes salariais e cláusulas sociais em Convenção Coletiva de Trabalho. Nessas situações, procure nossos advogados. Para marcar um atendimento ou se associar, entre em contato.



Direitos dos Médicos

Contrato de prestação de serviços para operadoras de planos de saúde

Entenda quais são os seus direitos e a importância do contrato nas relações de prestação de serviço com operadoras de planos de saúde e clínicas médicas de baixo custo

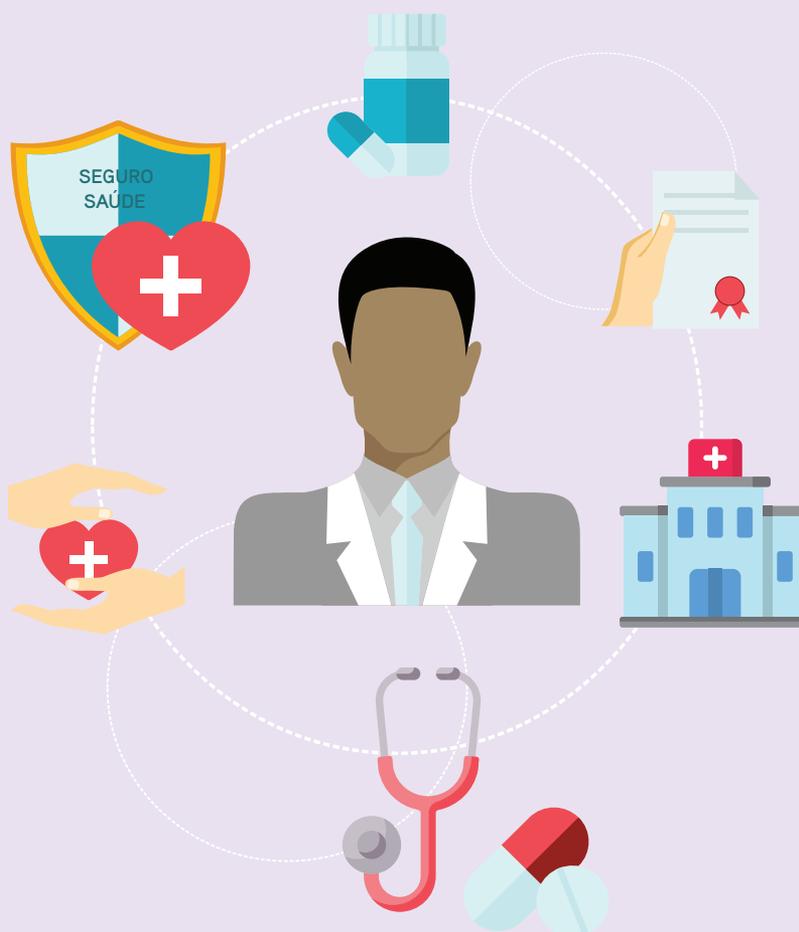
Como é a contratualização?
Desde a entrada em vigor da Lei 13.003/2014, as operadoras e planos de saúde são obrigadas a formalizar a contratação dos médicos, tanto via pessoa física quanto jurídica, facilitando a relação e segurança para o médico. A legislação determina direitos, obrigações e responsabilidades, bem como a periodicidade e critérios para reajuste salarial.

O que fazer caso a empresa descumpra o contrato?
O médico pode recorrer ao Poder Judiciário e exigir seus direitos. Caso identifique que se enquadra neste caso, entre em contato com o departamento jurídico do Simesp, que dará as devidas orientações e o representa-

rá gratuitamente, caso seja associado ao sindicato.

Como era antes da Lei 13.003/2014?

A relação entre o médico e as operadoras de planos de saúde costuma ser desigual e havia abuso das operadoras, que repassavam ao médico valores inferiores aos demais praticados no mercado particular, sem qualquer previsão de reajuste. Além disso, a contratação dos médicos era informal na maioria dos casos, sem qualquer contrato escrito, mantendo a relação favorável somente às empresas. Até meados de 2014, existiam apenas instruções administrativas por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sem força de lei.



Clínicas de baixo custo

Com a crise econômica e os altos índices de desemprego, cada vez mais pacientes recorrem às clínicas médicas de baixo custo. Assim como as operadoras, essas clínicas costumam contratar médicos como profissionais liberais, mas na maioria das vezes sem qualquer formalidade legal. Embora a Lei 13.003/2014 não mencione a relação entre médico e clínicas médicas de baixo custo, os profissionais que prestam serviços para estes estabelecimentos devem exigir a formalização contratual. Assim, com o estabelecimento de cláusulas previamente definidas, ambas as partes ficam juridicamente resguardadas.

“O interesse das empresas passa a ser algo muito mais forte”

A reforma trabalhista de 2017 formalizou uma série de modalidades de contratação precárias, o que, entre outras consequências, resultou na deterioração das condições de trabalho e criou uma massa de trabalhadores subocupados. Em conversa com o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), o professor da Universidade de São Paulo (USP), Ruy Braga, analisou o cenário dos últimos dois anos e apontou possíveis soluções a partir da organização coletiva de médicos e demais trabalhadores. Braga é especialista em sociologia do trabalho e chefe do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

Stéfanni Meneguesso Mota

Qual é o perfil do trabalhador brasileiro atualmente?

O mercado de trabalho se deteriorou após a reforma trabalhista de 2017. Existe um aumento da insegurança ligada ao trabalho no âmbito popular e também um aumento da exploração, no tocante à precarização das condições de contratação. Do ponto de vista do trabalho, as condições gerais pioraram muito e isso, evidentemente, tem impacto tanto na produtividade quanto na renda das famílias. Analisando a PnadC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgada em 31 de outubro de 2019), 41,4% da força de trabalho do país está ocupada na informalidade. Tudo isso aponta para a compressão das rendas, a ampliação das jornadas, a deterioração das condições de trabalho e o aumento da insegurança. Estamos falando de um mercado de trabalho que não é registrado, mas historicamente construído. Ele acumula uma série de segregações e discriminações que são inerentes à história brasileira. Significa que as desigualdades entre os gêneros e as ligadas à questão

étnico-racial se acentuaram muito nos últimos dois anos.

Você vê os médicos incluídos nesse cenário?

É notório que, em um contexto de crise, o médico que oferece serviços num setor privado tende a ter um recuo da sua clientela vis-à-vis ao rendimento do trabalho. Afinal de contas, são esses rendimentos que regulam o acesso aos serviços e, no caso do trabalho médico, serviços mais complexos.

Num contexto em que o Estado não contrata diretamente, quando você passa a trabalhar com a lógica da terceirização via organizações sociais (OSs), na verdade acontece uma deterioração das condições de contratação e uma abertura muito grande para fraudes. Tudo aquilo que a gente verifica com OSs que não são idôneas, que deixam de pagar o médico, que pagam em parcelas etc. Tudo isso contribui para uma deterioração geral do trabalho médico.

Como a cultura do negociado sobre o legislado, imposta pela reforma trabalhista, contribui para a precarização do trabalho?

A reforma não fortaleceu em nada a posição dos sindicatos

que já tinham processos de negociação coletivas e setoriais, muito pelo contrário. Naqueles setores onde não há uma cultura de negociação, distantes de tradições de organização sindical ou localizados no interior do país, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) era o último recurso do trabalhador e os sindicatos funcionavam como um fiscalizador dos contratos, mas isso acabou. O que temos hoje é uma imposição dos interesses da classe dos patrões sobre o interesse da classe dos empregados e tudo isso legitimado pela nova CLT a partir da afirmação do princípio do negociado sobre o legislado. Os sindicatos perderam muito, foram fragilizados do ponto de vista da arrecadação e foram deslegitimados a respeito da participação coletiva. Não houve nenhum benefício para o trabalhador, o que significa que o interesse das empresas passa a ser algo muito mais forte no processo de definição dos salários e condições de trabalho.

A precarização do trabalho afeta a organização coletiva?

Temos passado por um momento de deslegitimação das formas coletivas de mobilização. Um momento muito agudo da in-

dividualização das relações de trabalho é, por exemplo, o que a gente tem identificado com o fenômeno da plataforma do trabalho. A rigor, como tem muito mais gente disponível para trabalhar do que oferta de trabalho para absorver, é claro que vai ter muita gente sobrando. Daí a individualização das relações de trabalho passa a ser uma estratégia de sobrevivência.

A categoria médica conta com um alto número de trabalhadores terceirizados. Como seria possível melhorar esse quadro?

Eu diria que o sindicalismo pode contribuir de muitas maneiras. Uma delas, seguramente, é se abrindo para a organização dos setores mais jovens, envolvidos com a questão de gênero e racial, que é emergente na classe trabalhadora. É preciso enfrentar a informalidade e organizar os setores precarizados, até porque o trabalho precário no Brasil hoje tem se tornado a regra. Você tem que estar aberto a um esforço que não é apenas sindical, tanto do ponto de vista interno das lideranças e táticas como do outro se abrir a uma dinâmica mais territorial.



Acervo pessoal

> Ruy Braga: "O que temos hoje é uma imposição dos interesses da classe dos patrões sobre o interesse da classe dos empregados e tudo isso legitimado pela nova CLT"